

ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2025
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO PADRE PEDRO
BALDISSERA E.E.

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Antídio Lunelli - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dirce Heiderscheidt - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Lucas Neves - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Maurício Peixer - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Sargento Lima - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO LUCAS NEVES (Orador) - Relata tiroteio em uma academia de Lages, que poderia ter causado uma tragédia. Exibe apresentação de vídeo mostrando o tumulto causado dentro da academia. Narra que um aluno queria utilizar um aparelho de musculação que estava sendo usado por outro aluno, o instrutor interveio, mas, infelizmente, o aluno ficou revoltado foi até sua casa e voltou armado atirando nas pessoas que estavam treinando, causando desespero em todos. Parabeniza a ação de um policial penal que agiu rápido, disparando um tiro no agressor e evitando uma chacina. Critica as pessoas que desejam apurar a conduta do policial, citando que o comportamento do mesmo foi exemplar e responsável ao proteger todos os alunos

presentes. Pondera que a Alesc devia homenageá-lo.
[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI (Orador) - Demonstra toda sua indignação e revolta diante da notícia de que os ministros do STF, mesmo após a aposentadoria compulsória, terão direito à segurança vitalícia. Considera esse um privilégio desmedido, custeado com o suor do trabalhador e do empreendedor brasileiro. Compara as regalias concedidas aos ministros à realidade dos trabalhadores que, mesmo após anos de dedicação, ao se aposentarem, mal conseguem sustentar-se com o valor recebido. Afirma que ministros aposentados já contemplados com altos salários, ainda contarão com escolta paga pelo povo até o fim da vida. Reforça que não é mais aceitável sacrificar os mais pobres em benefícios e privilégios destinados aos mais ricos. Sugere que o Estado deve ser mais enxuto, eficiente e justo, voltado à proteção de quem realmente precisa - e não de quem já desfruta de privilégios. *[Taquiografia: Meibel]*

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Informa que, na semana passada, ao comentar sobre o decreto de emergência em saúde pública, instituído em razão da saturação dos leitos de UTI no Estado, destacou um fator estrutural que agrava ainda mais esse cenário: "A desigualdade na distribuição de leitos entre as microrregiões e as macrorregiões catarinenses".

Apresentou a reflexão de que, se hoje o sistema estivesse funcionando em sua totalidade, como deveria, poderia estar contribuindo de forma significativa para desafogar os serviços de saúde da Grande Florianópolis, especialmente no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago - HU, que é gerido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Mencionou que esta Casa já cobrou a reabertura da emergência pediátrica do HU, fechada desde maio de 2023, o que impacta diretamente a rede pública da capital, sobrecarregando especialmente o Hospital Infantil Joana de Gusmão. O problema, no

entanto, não se limita à ausência do pronto atendimento. A estrutura interna do HU também é comprometida, com a falta de especialistas, o que afeta a resolutividade daquela unidade hospitalar.

Relatou que, após articulações entre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, a Superintendência do HU e a Secretaria de Estado da Saúde, está prevista, ainda para este mês, a convocação de novos médicos com vistas à reabertura da emergência pediátrica. Manifesta ainda que o gabinete está atento a esse prazo e acompanhará de perto sua efetivação.

Ressaltou que a suspensão unilateral do pronto atendimento da maternidade do HU também tem gerado impactos preocupantes, sobrecarregando a Maternidade Carmela Dutra, que passou a absorver a maior parte da demanda de mulheres em trabalho de parto. Destacou que a porta da unidade permanece aberta 24 horas por dia, inclusive para casos que deveriam ser atendidos no HU.

Comentou que o HU mantém contrato vigente com a Secretaria de Estado da Saúde, de número 001/2021, atualmente em seu 19º aditivo, com previsão anual de R\$ 55,1 milhões - o que equivale a cerca de R\$ 4,5 milhões mensais. O objeto do contrato prevê atendimentos de urgência, emergência e internações hospitalares via SUS. Após análise do contrato, foi identificado 15 notificações ao HU desde o ano de 2023, relacionadas ao descumprimento de metas contratuais, entre outras desconformidades.

Apresentou uma imagem em que se demonstra, conforme a cláusula 4ª, item 4.46, que a contratada deve disponibilizar a totalidade das ações e serviços de saúde contratualizados para a regulação do gestor. No entanto, no caso em tela, o serviço de ultrassonografia pediátrica está sendo ofertado em apenas 30% da meta contratual; as consultas endovasculares e vasculares estão sendo cumpridas em apenas 16%; e, em relação à neurologia, a oferta por parte do HU corresponde a apenas 73% da meta estabelecida.

Reiterou que os itens disponíveis no contrato vinculam o cumprimento das metas à capacidade

instalada. Diante disso, mencionou que o HU é uma peça fundamental para garantir o acesso qualificado da população à saúde e para aliviar a sobrecarga da rede, sendo imprescindível que sua atuação esteja em conformidade com os princípios do SUS.

Por fim, informou que o gabinete está oficiando a Secretaria de Estado da Saúde para obter um diagnóstico completo da situação, a fim de construir caminhos viáveis para avançar com as soluções que a sociedade espera, reiterando o compromisso de somar forças em defesa de um melhor atendimento à população. [*Taquigrafia: Jênifer*]

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Cita que no dia 30 de junho ocorrerá a audiência pública sobre o que chama de "suposto imunizante", a vacina do Covid-19, que tem sido aplicada nas crianças de cinco meses a cinco anos, gerando preocupação para os pais. Pede que se retire a pauta ideológica e que se debata a vacina em si, lembrando que a própria fabricante da vacina se exime de qualquer responsabilidade sobre os efeitos nas crianças desta faixa etária. Questiona qual pai aplicaria tal imunizante, uma vez que a fabricante envia uma lista gigantesca de efeitos colaterais e ainda adverte não se responsabilizar de quaisquer efeitos colaterais.

Lembra que o grande problema de tudo isso é que quem defende a aplicação da vacina, muitas vezes, não tem nenhuma formação médica, implicando aos pais até multa por não permitirem que seus filhos sejam vacinados, assumindo o risco de qualquer efeito colateral.

Anuncia também que dia 1º de julho ocorrerá a audiência pública para debater sobre os avanços do MST em invasões de terra no Estado. [*Taquigrafia: Guilherme*]

Partidos Políticos

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão

até às 16h e para a divulgação da 30º Aniversário do Município de Treviso.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) -
Dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência consulta os srs. Deputados se concordam em apreciar, extrapauta, o Projeto de Lei n. 282.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo concordância, passa à apreciação da matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0282/2025, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a permuta, a aquisição e a doação de imóveis nos Municípios de Joinville, Florianópolis e Blumenau.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a matéria os srs. Deputados: Napoleão Bernardes, Ivan Naatz, Jair Miotto e Maurício Peixer.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0059/2022, 0297/2024, 0388/2024, 0515/2024, 0062/2025, 0132/2025, 0146/2025, 0185/2025, 0204/2025 e 0264/2025.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 0265/2025, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 4º da Lei nº 18.672, de 2023, que institui o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (FUMDESC) e a assistência financeira para o pagamento das mensalidades dos cursos de graduação frequentados por estudantes em instituições de ensino superior que especifica e estabelece outras providências.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h26, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Rubia]